

MEMÓRIA METÁLICA E DISCURSO NA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA E FASCISMO NA AMAZÔNIA TOCANTINA

METALLIC MEMORY AND DISCOURSE IN EDUCATION IN TIMES OF PANDEMIC AND FASCISM IN THE TOCANTINA AMAZON

Andrea Silva Domingues 1

Benedita Celeste de Moraes Pinto 2

Lucas Rodrigues Lopes 3

Marcos Fábio Freire Montysuma 4

Resumo: Este artigo trata dos usos da memória metálica em tempos de pandemia e fascismo por parte dos trabalhadores da educação na cidade de Cametá/Pará. A proposição apresentada faz parte de um dos estudos realizados pelos grupos de pesquisa Discurso, Sentido, Sociedade e Linguagem (DISENSOL) e Quilombos e Mocambeiros: história da resistência negra na Amazônia (QUIMOHRENA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). O texto teve como objetivo compreender o funcionamento dos impactos da memória metálica na educação e seu sentido em comunidades desprovidas de políticas públicas. Filiados aos dispositivos teóricos-metodológicos da Análise de Discurso, trabalhamos com a interpretação de recortes de narrativas orais de educadores, que vivenciaram os desafios de atuarem em tempos de pandemia. Os resultados alcançados permitiram a percepção de que mesmo com todo avanço de instrumentos diversos para massificação da memória metálica, o acesso à comunicação digital de qualidade não se estendeu a todos, aumentando, em tempos de pandemia, as diferenças sociais.

Palavras-chave: Educação. Pandemia. Memória Metálica.

Abstract: This article deals with the uses of metallic memory in times of pandemic and fascism on the part of education workers in the city of Cametá/Pará. The proposition presented here is part of one of the studies carried out by the research groups Discourse, Meaning, Society and Language (DISENSOL) and Quilombos e Mocambeiros: história da resistência negra na Amazônia (QUIMOHRENA) of the Federal University of Pará (UFPA). The text aimed to understand the impacts of metallic memory in education and its meaning in communities deprived of public policies. Affiliated to the theoretical and methodological devices of Discourse Analysis, we worked with the interpretation of excerpts from oral narratives of educators, who experienced the challenges of working in pandemic times. The results achieved allowed us to perceive that even with all the advances of various instruments for the massification of metallic memory, access to quality digital communication has not been quality digital communication has not been extended to all, increasing, in pandemic times, the social differences.

Keywords: Education. Pandemic. Metallic Memory.

- 1 Graduada em História - Licenciatura pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutora e mestre em História Social pela Pontifícia Católica de São Paulo (PUC/SP) e pós-doutorado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e em Análise de Discurso pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora na Faculdade de Linguagem – Letras Língua Inglesa do Campus Universitário do Tocantins da Universidade Federal do Pará, Cametá, Pará, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2400924000241808> . ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9264-7754>. E-mail: andrea.domingues@gmail.com
- 2 Graduada em História Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora e mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e pós Doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professora na Faculdade de História e no Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC) do Campus Universitário do Tocantins da Universidade Federal do Pará (UFPA), Cametá, Pará, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7489392738166786>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9450-5461>. E-mail: celestepinto@ufpa.br
- 3 Graduado em Letras - Língua Inglesa e Língua Portuguesa pela Pontifícia Católica de Campinas (PUC-CAMPINAS). Mestre em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e doutor em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor na Faculdade de Linguagem - Letras - Língua Inglesa e no Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC), do Campus Universitário do Tocantins/Cametá (CUNTINS), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8141687357119122> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9936-3666> E-mail: professorlucaslopes@gmail.com
- 4 Graduado em História pela Universidade Federal do Acre, mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e pós doutor pela Universidade Nova de Lisboa. Professor do Programa de Pós-Graduação em História/CFH e do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas/CFH da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3709395886751456>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0895-7993>. E-mail: montysuma@gmail.com

Introdução

Desde março de 2020, o Brasil inseriu-se em uma realidade internacional de sobreviver, adaptar-se à realidade da crise sanitária da Covid-19 e, com essa pandemia, presenciamos faltas de políticas públicas e atos de violência, que se acirram durante o isolamento social, além de todo adoecimento do corpo e das mais de 600.000 vidas ceifadas pelo vírus e o atraso da vacina no Brasil.

Diante disso, apesar de a educação ser um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, seu acesso sempre foi negado à grande parcela da sociedade brasileira, principalmente às chamadas “minorias” políticas, as quais, na prática, são a maioria da sociedade brasileira, a saber, homens e mulheres pretos, pobres, indígenas, ribeirinhos, extrativistas, que denominaremos, neste texto, de todos e todas que deveriam ter acesso à educação de qualidade, ou seja, os filhos de trabalhadores do campo, das florestas, das águas, da cidade, quer dizer, todos aqueles que não estão nos territórios não urbanizados e que possuem,

(...)organização social, cultural e política diferente do Estado envolvente e com a especificidade de serem portadores de conhecimentos e práticas ancestrais de uso sustentável do ambiente, da floresta, dos rios e demais elementos da natureza em que estão envoltos (PARENTE; LOPES; MILEO, 2020, p.66).

Assim, são esses sujeitos sociais da Amazônia Tocantina, com os quais nos propusemos dialogar neste estudo. Vale destacar que esses sujeitos só tiveram e têm acesso ao sistema educacional por meio de muitas lutas históricas, travadas pelo movimento político, acadêmico e por comunidades tradicionais organizadas.

Dentro dessa perspectiva, em tempos de pandemia, causada pela Covid-19 e por discursos e ações fascistas, as diferenças sociais, entre brancos, ricos, pretos e pobres, tornaram-se mais acentuadas na sociedade brasileira. Além disso, todos e todas são afetados pelos problemas na área de saúde, desafiados pela busca de prevenção e cura dos males do corpo e da mente emergentes na ausência de políticas públicas. Salientamos que, quando se trata de atender as regiões da Amazônia Brasileira, os povos das florestas, das águas e afro e indígenas sempre sofreram dessa falta. Sendo assim, surge a emergência de discutirmos os usos da “memória metálica” na educação e suas consequências na Amazônia Tocantina, destacando na cidade de Cametá/PA, para que possamos apontar propostas de enfrentamento aos acontecimentos educacionais, neste momento histórico e político, a partir de uma proposta de uma educação democrática e popular.

Na construção deste texto, propomos problematizar a educação e os sujeitos envolvidos como fato político com a finalidade de que sejam entendidos como praticantes e caminhantes das florestas, das águas, dos igarapés e da cidade de Cametá em movimento, pois trazem consigo toda uma rede de representações, de memórias, que ao se entrelaçarem, constroem o saber e a visão de mundo que envolvem os sujeitos. À vista disso, “ao se fazer um estudo desses grupos, consideram-se os significados das práticas coletivas de acordo com as ações dos atores sociais e das convenções instituídas pelas comunidades” (CHARTIER, 2002, p.123).

Dessa forma, em nossos estudos e pesquisas, compreendemos a educação como espaço de discurso e práticas de linguagem, em que “a ideologia é um ritual com falhas, assim como o Estado falha nos modos de individualização do sujeito, produzindo a falta.” (ORLANDI, 2017, p.107), causando desta forma esquecimentos do outro, falhas de sentido e nas políticas públicas.

A partir desses apontamentos, colocamo-nos na perspectiva discursiva com o objetivo de discutirmos o sentido da memória metálica na educação em tempos de pandemia na região da Amazônia Tocantina, especificamente no município de Cametá, no Estado do Pará. Esta perspectiva é sempre adotada, tendo como foco o sujeito que sofre a individualização por parte do Estado, sendo essa uma condição do seu assujeitamento, momento em que as relações de poder e as instituições têm um papel importante. É nessas condições de produção do sujeito que ocorrem as disputas, as lutas, os enfrentamentos, os quais nos oportunizam observar os mecanismos de imposição, de exclusão e os de resistência (ORLANDI, 2010).

A cidade de Cametá, conforme o censo de 2010 (IBGE, 2020), teve sua população com o número de 120.896 e uma estimativa para 2019 de 137.890. Ela está localizada na Amazônia brasileira, situada na região do Baixo Tocantins, por isso denominada de Amazônia Tocantina, possuindo uma área de 3.081,367 quilômetros quadrados, que se relaciona com outras cidades através da via Transcametá, Arapari e Alça Viária, sendo a distância de Cametá para a capital do estado, cidade de Belém é de 236 Km.

Para construção deste texto como educadoras e educadores, comprometidos com o social, buscamos valorizar a memória que não está apenas nas lembranças das pessoas, mas também nas marcas, nos discursos, que cada acontecimento deixou e deixa ao longo do tempo em suas vidas, em seu corpo, em seus territórios de sobrevivência, em seus espaços de luta e resistência, pois é neste lugar que se constituem como sujeitos sociais, sujeitos da e na linguagem.

Análise de Discurso e a Metodologia da Pesquisa

O Ministério da Saúde, no dia 20 de março de 2020, decretou, para todo o território nacional, o reconhecimento da transmissão da Covid-19, o novo coronavírus. Alertou-se, dessa maneira, que um novo perigo atingia também a sociedade brasileira, pois vários países já haviam sido atingidos, fazendo com que todos ficassem em alerta contra o vírus. Diante disso, os representantes governamentais e a população de todo o planeta tomaram medidas para promover o isolamento social a fim de evitar a propagação da Covid-19, com o objetivo de reduzir a intensidade de infecções, visto que a aproximação com alguém infectado era suficiente para o contágio da doença em outras pessoas.

O Brasil juntamente com o isolamento social foi atacado pela necropolítica que vem se intensificando diariamente. E como já nos alertava Mbembe (2018, p.44-47), a necropolítica acentuada pelos acontecimentos contemporâneos de guerras e violações de direitos reproduz até o tempo presente a lógica colonial, de violência, de massacre aos povos pobres e oprimidos, fortalecendo a ideia de uma política de extermínios para fortalecer o poder soberano que se configura como posse do direito à vida e pela morte. Com essa reflexão, a jornalista Rosane Borges ainda nos afirma que a necropolítica é a política da morte adaptada pelo Estado. Ela não é um episódio, não é um fenômeno que foge a uma regra. Ela é a regra” (BORGES, 2019, p.01).

Dessa maneira, quando nos propomos realizar uma Análise de Discurso sobre o uso da memória metálica da/na educação no Baixo Tocantins, região Norte do Brasil, principalmente para interpretar os sentidos dessa memória no sujeito-professor, é fundamental que se compreenda que a Análise de Discurso, para estes pesquisadores, não é um método, mas, sim uma disciplina de interpretação, da qual elegemos seus dispositivos teóricos-analíticos para interpretação de nosso corpus de análise. Assim, é importante considerar que,

A Análise de Discurso é a disciplina que vem ocupar o lugar dessa necessidade teórica trabalhando a opacidade do dizer e vendo nessa opacidade a intervenção do político, do ideológico, ou seja, o fato mesmo do funcionamento da linguagem: a inscrição da língua na história para que ela signifique (ORLANDI, 2004, p. 20).

Em vista disso, a Análise de Discurso nos oportuniza dispositivos teóricos analíticos que trabalham diretamente com o funcionamento do discurso, com o movimento das palavras, dos acontecimentos e como esses estão sendo construídos em sua historicidade, e a partir deste campo teórico–metodológico, em tempos de crise sanitária por conta da Covid-19 e de necropolítica, que realizamos esta pesquisa.

Trabalhamos com o método qualitativo - descritivo, que teve como objetivo analisar as características do uso da memória metálica na educação. Tomamos o sujeito como parte integrante do estudo e, para isso, consideramos a Análise de Discurso, que trabalha com o sentido do discurso em movimento e na sociedade, avançando as categorias de análise para a interpretação dos novos

paradigmas em torno da educação na atual conjuntura que vivemos.

Nosso corpus de análise foi constituído de dados estatísticos, entrevistas e questionários on-line, fotografias cedidas ou de arquivo pessoal dos pesquisadores, e textos legislativos produzidos pelo poder público e comunidades escolares; práticas discursivas que manifestam o sentido dos direitos educacionais e do uso da memória metálica na educação.

Todas as entrevistas que compõem o corpus de análise desta pesquisa objetivaram o aprofundamento teórico de uma situação emergente e espontânea da/prática profissional dos educadores em tempos de pandemia, não sendo estes identificáveis em suas narrativas que foram realizadas via formulário on-line, com perguntas abertas e transcritas de maneira fiel ao conteúdo das narrativas dos sujeitos.¹ Os narradores, quando foram entrevistados, autorizaram através da assinatura de consentimento e/ou carta de cessão o uso de pseudônimos, nomes de árvores da floresta Amazônica, preservando a identidade de cada professor, professora que contribuíram com suas memórias, lembranças e saberes neste estudo; seguindo esta pesquisa todos os princípios éticos da prática da História Oral, pois:

Fontes orais são condição necessária (não suficiente) para a história das classes não hegemônicas, elas são menos necessárias (embora de nenhum modo inúteis) para a história das classes dominantes, que têm tido controle sobre a escrita e deixaram atrás de si um registro escrito muito mais abundante (PORTELLI, 1997, p.35).

Cabe ainda destacar que a Análise de Discurso amplia a visão dos sujeitos, trazendo, para o campo da Linguagem e da Educação, uma produção de sentidos que transforma, que viabiliza compreender como o sujeito do discurso é afetado ideologicamente. Dessa maneira, problematizamos os efeitos de sentidos produzidos pelo acontecimento da Covid-19 e pela conjuntura política na educação brasileira na Amazônia Tocantina, região cametaense.

Discurso e Memória

Para iniciar esta etapa de reflexão, é necessário compreendermos o papel da memória na constituição dos sujeitos. Todos somos constituídos de e na linguagem, mesmo antes de estarmos convivendo em sociedade, já tínhamos memória e história, isto é, os acontecimentos já eram projetados por e conosco. Não precisamos viver um acontecimento para construir a memória dele, pois, através de diferentes manifestações de linguagens, são produzidos sentidos, os quais deslocam e (re)significam os sentidos que se inscrevem em nossa memória.

Por conseguinte, a memória de todos os sujeitos retoma dizeres, discursos, criam novos sentidos e (re)significam cada acontecimento, pois vivem em sociedade, em comunidades e dessa forma interagem uns com os outros, com diferentes espaços, com redes de filiações discursivas e ideológicas que produzem memórias individuais, coletivas e discursivas, pois

A memória suposta pelo discurso é sempre reconstituída na enunciação. A enunciação, então, deve ser tomada, não como advinda do locutor, mas como operações que regulam o encargo, quer dizer, a retomada e a circulação do discurso (ACHARD, 2015, p. 17).

Assim, como nos diz Orlandi (2003), discurso é a palavra em movimento, prática de linguagem e o discurso não acontece sem o sujeito, que não é apenas um ser biológico, mas aquele que fala,

¹ Conforme artigo 1, parágrafo VII da Resolução 510/16 - Pesquisas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, os procedimentos metodológicos desta pesquisa não tiveram a necessidade de ser registrada nem avaliada pelo sistema CEP/CONEP

que assume um discurso, um lugar social, um lugar de fala.

Cabe também lembrarmos que a “memória” é feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncio e de silenciamentos” (ORLANDI, 2010a, p. 59). Ao sujeito não dizer, está se silenciando, e esse silêncio já diz algo, tem sentidos, que nos fazem problematizar o funcionamento da linguagem ao seu redor para compreender os processos de significação desse silêncio, pois o sentido acontece em um equilíbrio entre a memória e o esquecimento.

Podemos, então, dizer que os velhos sentidos são recuperáveis e (re)significados, sendo esse o movimento do discurso, da memória que constitui a nossa história, composta de toda uma historicidade e permeada de movimento, de palavras, de práticas de linguagem em circularidade constante, que se desenvolve ao longo do processo que envolve ideologia, discurso, memória e história.

Convém, ainda, destacarmos que a memória nos possibilita perceber as diferentes histórias, o silenciado a (re)significação do passado no presente, afinal “a memória desenvolve a aptidão de estar sempre no lugar do outro, mas sem possuí-lo, e a ter partido desta alteração, mais sem perder” (CERTEAU, 1994, p.131).

Ao dialogarmos com as noções de memória e discurso, não poderíamos deixar de pensar nas disputas, nas lutas travadas em meio aos processos, na luta de classe, no processo da busca da homogeneização da memória, do apagamento do outro. E para pensar sobre essas questões, no decorrer de nossa narrativa, utilizaremos do dispositivo teórico-analítico discurso fundador, o qual Orlandi (1993, p.13) nos afirma que “discursos fundadores são espaços da identidade histórica é memória temporalizada, que se apresenta como institucional, legítima”.

O discurso fundador é compreendido por estes educadores/pesquisadores como aquele que exclui e se legitima, que ecoa efeitos de sentidos do passado no tempo presente, reafirmando memórias institucionalizadas, homogeneizadas que representam interesses em sua maioria classista e capitalista, principalmente quando se trata da educação em tempos de pandemia na Amazônia Tocantina.

Trabalhar a memória e o discurso é fundamental para que possamos compreender a construção dos discursos sobre e da educação, pois o ir e vir da memória faz com que se (re)viva experiências e tenhamos um olhar político sobre o presente, e do presente, sobre o passado. Segundo Domingues (2017, p.20), “as memórias são experiências historicamente construídas e constantemente modificadas que fazem do passado uma dimensão importante na constituição do presente”.

É através de um olhar político que podemos observar os discursos produzidos pela e na memória metálica na educação em tempos de pandemia, pois “um olhar político aguça a percepção das diferenças como qualidades alternativas frente às linhas respaldadas pela tradição estética ou pela inércia” (SARLO, 1997, p.60). Isto significa posicionar-se diante do presente com compromisso social, com autonomia, e defender uma educação democrática para todos, todas e todes, em uma perspectiva Freiriana, como o próprio Freire dizia:

Como prática estritamente humana jamais pude entender a educação como uma experiência fria, sem alma, em que os sentimentos e as emoções, os desejos, os sonhos devessem ser reprimidos por uma espécie de ditadura reacionista. Nem tampouco jamais compreendi a prática educativa como uma experiência a que faltasse o rigor em que se gera a necessária disciplina intelectual (FREIRE, 1996, p.145).

É nessa prática educativa de olhar politicamente, de sentir os sujeitos sociais, os alunos, os docentes especialmente que serão os narradores (as), parceiros da escrita desse texto que iniciamos agora nossas navegações pela Amazônia Tocantina.

Navegando e remando para a escola

Cametá constitui-se em um município do Estado do Pará, da Amazônia brasileira, situado na região do Baixo Tocantins, uma região dividida em população rural (distritos e ilhas) e população urbana (centro/sede-urbano). A população rural apresenta duas dinâmicas distintas de modo de produção vegetal: terra firme e região das ilhas. A respeito da população rural, predomina o cultivo da mandioca para a produção da farinha e extração de frutas e hortaliças nativas, enquanto, nas ilhas, o açaí é o principal produto de extração, além da pesca e dos produtos da floresta (IBGE, 2012).

Os moradores do Baixo Tocantins, e, no caso deste estudo, os cametaenses, têm como principal meio de sobrevivência o extrativismo vegetal, a agricultura familiar e trabalhos no comércio. O meio de transporte é realizado pelos rios e igarapés de forma coletiva ou particular. As ruas são as águas que correm entre as florestas da Amazônia Tocantina, que ligam as ilhas às cidades e cidades do interior à capital do estado Belém/PA e outras cidades.

Os dados do IBGE (2020) apontam que, no ano de 2020, o Ensino Fundamental da cidade de Cametá tinha um total de 27.617 alunos matriculados em 207 escolas, com um total de 1.463 professores atuando na rede e no ensino médio 5.908 alunos matriculados em 13 escolas com o atendimento de 249 professores, alcançando, assim, no município um total de 220 escolas; 13.525 alunos matriculados nas escolas e 1.712 professores dentro de sala de aula. É importante lembrarmos, como já apontamos outras vezes neste texto, que, ao nos referirmos a uma região amazônica, a qual é caracterizada por matas, rios e igarapés, ressalta-se que a maioria da população se concentra em comunidades distantes da cidade, residindo em ilhas, comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, em regiões entre rios e florestas, os quais procuram a cidade para revenderem seus produtos provenientes da relação com a natureza, motivo de sua sobrevivência. Das 207 escolas do ensino fundamental, 58 estão em áreas rurais (terra firme e região das ilhas), conforme apontado pelo Educa mais Brasil (2020) de responsabilidade do município, sendo ofertado apenas o ensino fundamental.

Para que o sujeito-aluno ribeirinho, morador da região das ilhas frequente a escola, ele navega pelo rio ou caminha pela floresta, quando possível, pois em tempos de cheia as águas não permitem esse caminho. O acesso para a maioria das crianças ribeirinhas às escolas se dá pelos rios por meio de barcos precários, sem segurança.

Imagem 01. Escola da Ilha Pacuí.



Fonte: PRESTES, José Alcir W. (2019).

Imagem 02. Transporte escolar.



Fonte: PINTO, Benedita C.M. (2019).

Imagem 03. Crianças navegando para escola



Fonte: PINHO, Jharinelma (2017).

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, discursiviza que:

Art. 208. O *dever do Estado* com a *educação* será efetivado mediante a garantia de: ... VII - *atendimento ao educando*, em todas as etapas da *educação básica*, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, *transporte*, alimentação e assistência à saúde. (BRASIL, 2018, p.123-124).

Conforme os termos legais apontados no artigo 208 da Constituição Federal do Brasil (1988), documento que rege todo o país, em seu inciso VII, a oferta de transporte gratuito aos alunos da educação básica é um dever do Estado.

Na imagem 02, mais do que uma ilustração trouxemos a representação imagética do transporte escolar cedido pelos órgãos públicos, para que o leitor possa conhecer minimamente as condições precárias do transporte oferecido ao sujeito-aluno e ao sujeito-professor que vivenciam o cotidiano do ensino público na região das ilhas, do interior da Amazônia Tocantina, que, para ter acesso ao que lhe é garantido, na Constituição como “dever do Estado”, navegam entre igarapés e águas do rio Tocantins, parando de ponte em ponte, em barcos maltratados pelo tempo, que colocam vidas em situações de riscos.

Ao olhar atentamente para a imagem 03, é possível perceber outras estratégias cotidianas de deslocamento encontradas, criadas pelos alunos que se organizam em suas canoas particulares, usando de seus saberes de remar e navegar pelas águas e furos do rio Tocantins, não dependendo do transporte escolar público; canoas, rabetas, que nem todos os pais têm condição de disponibilizar aos seus filhos para usar como transporte escolar, pois este é um canal utilizado para comunicação

com as comunidades locais, com a cidade e principalmente como instrumento de trabalho e sobrevivência pela pesca, pela venda do açaí, frutos e outros produtos .

Assim, ao interpretar os textos legislativos, nota-se a presença de uma discursividade que se preocupa com o atendimento ao educando, que promove a obrigatoriedade do transporte ao sujeito-aluno da educação básica, há presença dos autores, dos legisladores, que se preocupam em serem autores dessas leis e no caso destes direitos. Neste contexto, “um texto pode até não ter autor específico, mas, pela função-autor, sempre se imputa uma autoria” (ORLANDI, 2008, p.77); contudo a realidade cotidiana dos alunos, dos docentes estão distantes da aplicabilidade da prática do texto legislativo.

Em uma comparação do discurso imagético com o discurso oficial do artigo 208 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é notório que o atendimento ao educando da áreas rurais de terra firme e das ilhas da região cametaense é fornecido de uma forma que coloca em risco outros fatores, como a saúde e a integridade física do aluno e do professor; é fundamental que nos coloquemos na posição sujeito aluno/professor das ilhas da Amazônia Tocantina, que, para o aluno estudar ou o professor ministrar suas aulas, dependem do transporte escolar fornecido pelo poder público. Muitas vezes, esses sujeitos são obrigados a se sujeitar a situações de riscos imposta por uma imposição ideológica que está em funcionamento na aplicação de políticas públicas no ensino brasileiro, conectando o discurso fundador, legalizado ao plano ideológico do estado; mantendo uma boa parcela das crianças sem condições de ter acesso a escola ou quando chegam à escola de ter condições físicas devido ao cansaço, desconforto da viagem de prestar atenção nas aulas, aumentando a cada dia a desigualdade social. Existe um distanciamento da realidade e do discursivizado na lei; afinal como nos diz Orlandi (2010) o sentido não existe em si, mas ele é determinado pelas posições ideológicas.

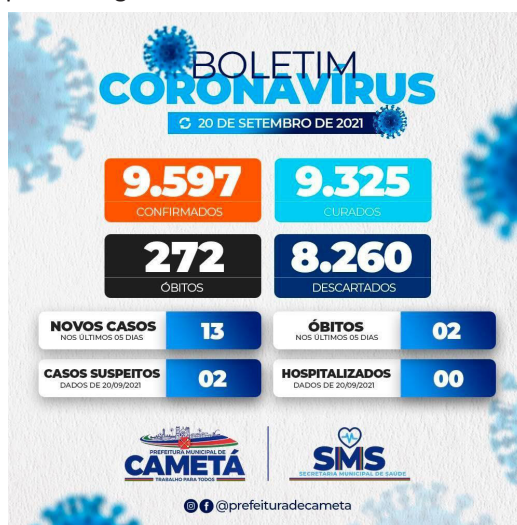
Educação e memória metálica: um exercício de análise

Esta rápida contextualização sobre nosso lócus de observação traz alguns elementos para que possamos, a partir das narrativas, interpretar os usos desta memória metálica na educação e suas consequências em tempos da Covid-19 na Amazônia Tocantina, na cidade de Cametá/Pará. Buscamos, nesta análise, compreender os acontecimentos discursivos, sempre considerando que estes estão no ponto de encontro da memória com uma atualidade (PÊCHEUX, 2008 [1983]), observando as circunstâncias em que se produzem os discursos, em meio a conjuntura política, social e ideológica no tempo presente, em no caso deste estudo em tempo de pandemia no Brasil e no mundo.

Para realização deste estudo dialogamos com quatorze (14) professores atuantes na cidade de Cametá-Pará, treze (13) professores nunca tiveram nenhum treinamento referente a como ministrar aulas a distância ou gravar video-aulas para poder dialogar ou oferecer um suporte aos alunos em sistema virtual, sete (07) possuem mestrado e sete (07) especialização, pois a cidade de Cametá possui campi de instituições federais e particulares de ensino superior que atuam constantemente na formação e capacitação dos professores da região, nove (09) professores trabalham na rede de ensino municipal, principalmente em escolas rurais, três (03), na rede estadual e dois (02), no ensino particular.

Desde a primeira quinzena do mês de março de 2020, a cidade de Cametá foi muito afetada pela COVID-19, como já dito neste texto, a região é rica de encantamentos das florestas e das águas, mas, infelizmente, é desprovida de políticas públicas de direito; os povos das florestas que resistem há séculos na região estão sendo brutalmente afetados pela Covid-19 e se adoecendo, e muitos indo a óbito por falta de atendimento público. Vejamos o último boletim disponibilizado:

Imagem 04. Boletim epidemiológico.



Fonte: <https://www.facebook.com/prefeituracameta/>.

O último boletim epidemiológico que estes pesquisadores tiveram acesso datado em vinte (20) de setembro de 2021, na cidade constavam duzentos e setenta e dois (272) óbitos e nove mil e quinhentos e noventa e sete (9.597) casos confirmados, porém há muitos outros casos que não entraram nesses dados oficiais, pois, em diálogos informais, sabemos que uma grande parcela da sociedade do interior acometida pelo vírus não tiveram acesso ao único hospital público da cidade que atende a sete municípios da região. Muitos trabalhadores e trabalhadoras da cidade, das florestas, das águas, indígenas e quilombolas morreram em suas casas e não foram registrados.

Desde o dia 19 de março de 2020, conforme informativo publicado pela Secretaria Municipal de Educação, do município de Cametá/Pará, as escolas da rede municipal de ensino tiveram suas atividades suspensas em razão da pandemia. Ao dialogar com nossos narradores, oito (08) confirmaram que as escolas optaram por suspender totalmente as atividades para depois do isolamento fazer reposição das aulas nas férias ou feriados e (04) adotaram aulas a distância / aulas remotas, sendo destas últimas duas (02) particulares, nestes diálogos vários sentimentos emergiram.

A questão do acesso à internet foi muito forte nas narrativas, vejamos:

Primeiro por que não há uma massificação da internet, segundo que os sinais são frágeis demais no campo, e também por que para acessar é necessário de um bom instrumento tecnológico que requerem investimentos financeiros para a aquisição, recursos financeiros esses que nossos estudantes e seus familiares em sua maioria são desprovidos, portanto a internet para nossos estudantes do campo da Amazônia Tocantina ainda não é uma realidade (Narrativa do Prof. Jatobá, 2020).

O professor Jatobá é um de nossos narradores que atua há doze (12) anos no ensino fundamental. Em sua narrativa se materializam diferentes questões, que nos levam a problematizar a aplicação do ensino remoto nas escolas da/na Amazônia Tocantina. Ao sujeito professor Jatobá trazer palavras como “sinais são frágeis” e “bom instrumento tecnológico” denota a realidade do Brasil, em que não se pode pensar em um projeto de educação homogêneo, em decretos em meio a pandemia iguais para todas as regiões do Brasil, pois vivemos em um país plural, no qual, além das questões territoriais, há também a questão financeira, em que a “maioria são desprovidos” dos instrumentos necessários para se ter acesso a um ensino remoto, já que a internet não é de acesso público a todos estudantes e professores.

Entendendo que, na relação sujeito, situação e memória, o acontecimento está sempre em movimento, ao retomarmos o discurso do professor Jatobá quando traz em sua memória os dizeres “não há uma massificação da internet”, observa-se o sentido de memória metálica, de massa, de acúmulo presente na fala de nosso narrador, pois “o sujeito, na Análise de Discurso, é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso” (ORLANDI, 2008, p.99). Deparamos com professor Jatobá realizando uma leitura da conjuntura nacional no tempo presente, compreendemos em seu discurso que tem a percepção da situação desprivilegiada que os alunos e professores da rede pública de ensino na Amazônia Tocantina se encontram, principalmente, quando se tentam ofertar o ensino remoto, compreensão esta que também extensiva a outros educadores.

Jatobá, em sua narrativa, ainda destaca o funcionamento da noção de necropolítica, pois instaura o uso do poder social e político com a finalidade de controlar e disciplinar a vida das pessoas. Essa faceta pode ser materializada nos dizeres do docente, quando ele trata da “massificação da internet”, bem como quando faz uso do termo “instrumento tecnológico”. Ambos remetem às políticas governamentais do genocídio, uma vez que os povos ribeirinhos, quilombolas, indígenas e assentados rurais ficaram relegados a políticas públicas de extermínio, já que viram seus povos dizimarem.

É significativo, ao percurso analítico, observar que a necropolítica caracteriza-se bem mais que o direito de matar, sobretudo, define-se como a exposição de outras pessoas à morte. Essa particularidade pode ser enviesada com base na entrevista do professor Jatobá e seus colegas, quando percebemos que o Estado não providenciou formação adequada aos docentes para atuação em contextos diversos e em situação de crise sanitária por conta da Covid-19. Ademais, vale destacar que, nesta esteira de discussão, podemos pensar na extenuante tarefa de ensinar e aprender em contextos pandêmicos, já que, com base nos estudos de necropolítica, temos formas de violência política, isto é, estratégias da atualidade de subjugar a vida daqueles em situações subalternas ao poderio da morte, o que tem coagido professores a permanecer em condições de extrema fragilidade, pois não dispõem de instrumentos tecnológicos que atendam aos dispostos pelas normativas veiculadas pelo MEC. Assim sendo, como educadores e pesquisadores, temos observado que os professores conseguem sobreviver às políticas educacionais, quando conseguem operacionalizar, a partir de uma lógica econômica, com os diferentes aparatos tecnológicos.

Memória metálica e comunicação

Todas as discussões que apresentamos, neste texto, até o momento buscaram estabelecer uma relação autores/leitores, instaurando um processo de conhecimento do lócus da pesquisa, do percurso teórico/metodológico e em qual conjuntura atual estamos lidando para que pudéssemos problematizar o uso da memória metálica em tempos de pandemia na educação. Mas o que é memória metálica?

Memória metálica é uma categoria de análise, que foi estabelecida no Brasil pela pesquisadora, Dra. Eni P. Orlandi e aprofundada pela professora Dra. Cristiane Dias, ambas vinculadas ao Laboratório de Estudos Urbanos - Labeurb da UNICAMP. Este conceito nasceu na década de 90 com o intuito de compreender, interpretar o funcionamento da linguagem produzida pelas novas tecnologias, principalmente aquelas conectadas às telas de computador e ao mundo da internet, ao que podemos chamar de “mundo tela”.

É produzida pela mídia, pelas novas tecnologias de linguagem. A memória da máquina, da circulação, que não se produz pela historicidade, mas por um construto técnico (televisão, computador, etc.). Sua particularidade é ser horizontal (e não vertical, como a define Courtine), não havendo assim estratificação em seu processo, mas distribuição em série, na forma de adição, acúmulo: o que foi dito aqui e ali e mais além vai se juntando como se formasse uma rede de filiação e não apenas uma soma, como realmente é, em sua estrutura e

funcionamento. Este é um efeito – uma simulação – produzido pela memória metálica, memória técnica. Quantidade e não historicidade. Produtividade na repetição, variedade sem ruptura. E o mito, justamente, desta forma de memória é o “quanto mais, melhor” (ORLANDI, 2015, p.09).

Como ainda nos diz Orlandi (2015), a memória metálica é a memória do acúmulo, da circulação, da velocidade, da repetição, do cada vez mais; onde o que importa é a quantidade; e não a historicidade; não o processo que ocorre o acontecimento, o que está em volta do movimento do acontecimento; o que importa é velocidade, a informação em massa.

O conceito de memória metálica nos remete a uma discursividade eletrônica, ao metal, ao conectado, ao entre fios e cabos, a uma memória da mídia, as tecnologias de linguagem, que não é a memória digital, pois “com as novas tecnologias de linguagem, a memória carnal das línguas “naturais” junta-se as várias modalidades da memória metálica, os multimeios, a informática, a automação” (ORLANDI, 2010, p. 10).

Quando pensamos em memória metálica, no tempo presente os primeiros instrumentos técnicos que vem a nossa memória são o computador e o celular, afinal;

O computador e mais tarde (após década 90 grifo nosso) o uso da Internet são determinantes no que concerne ao avanço dessa velocidade da vida, das relações, das trocas, da escrita. A velocidade das redes. A velocidade do mundo. Porque não dizer, a velocidade dos sentidos. É uma noção de tempo que muda a forma das relações sociais, a linguagem e a escrita (DIAS, 2013, p. 63).

A constituição dos sentidos se perde em meio a velocidade de informação, como sujeitos da/na linguagem somos atravessados pela memória metálica que está presente em diferentes espaços discursivos de nosso cotidiano, movendo sentidos diversos e com a velocidade de informação apagando memórias e histórias; desta forma é fundamental que o uso da memória metálica na educação seja problematizado, para que não se torne apenas uma era da informação sem historicidade, vinculada ao discurso institucional que representa a ideologia capitalista.

Pensando a linguagem como um instrumento de comunicação, um conjunto de combinações formais que serve para a troca de mensagens, o sujeito passa a ser pensado apenas como um depositário de linguagem, passível de ser substituído por qualquer outro suporte que possa atuar enquanto um emissor ou um receptor (SCHMITT, 2005, p.03).

À vista disso, o sujeito professor e o sujeito aluno não são apenas um repositório de linguagem, são sujeitos ativos, em movimento, produtores de saberes, de discursos, de memória, de cultura e de historicidade; e a escola é o espaço constituído por diferentes processos discursivos, ou seja, por diferentes modos de significar dos/nos sujeitos dentro do processo de ensino aprendizagem sendo o ensino uma prática de linguagem que se constitui de saberes formais e não formais dentro de um espaço institucionalizado de ensino que também é um espaço de discurso, não podendo desta forma a escola ser apenas substituída por um suporte de comunicação, pela memória metálica.

Ao sabermos que a memória metálica é uma categoria que se preocupa com a velocidade da informação, com a informação em massa, sem historicizar; que é produzida pelas novas tecnologias de linguagem, nos remetemos a problematizar ao uso dessas tecnologias no ensino remoto em tempos de pandemia em regiões amazônica; pois

A maior parte dos alunos pertencem a zona rural, cuja renda é o bolsa família, em geral, são famílias numerosas, chegando até sete filhos por lar, não possuindo condições financeiras para patrocinar internet em casa. Os poucos que possuem costumam reclamar do sinal. (Narrativa da Profa. Ypê, 2020).

A narrativa da professora Ypê que atua na rede de ensino pública e particular de ensino do município de Cametá traz no recorte de sua narrativa dados de suma importância para nossa reflexão nesse texto, quando pensamos nos usos dos instrumentos tecnológicos, da memória metálica em tempos de pandemia. A maioria das escolas do município se concentram fora período urbano da cidade, em comunidades ribeirinhas, tradicionais e do campo; locais de difícil acesso, além de toda dificuldade financeira para sustento da família em sua maioria “numerosas” as condições de vida no campo, de acesso aos meios tecnológicos, aos seus instrumentos e facilitadores não é de forma alguma igual para todos, como nos afirmar os professores (as),

A realidade de nossos alunos quanto ao suporte tecnológico no que diz respeito ao acesso à rede de computadores é extremamente frágil, dada a qualidade dos fornecedores de internet e áreas rurais que são descobertas por tais serviços. Somado a isto temos a realidade desigual de nossos alunos que muito não detém suporte financeiro para investir em aparelhos digitais e serviços de internet. (Narrativa do professor Jequitibá, 2020).

A maioria dos alunos são das áreas periféricas e ribeirinhas, a ausência de sinal das operadoras e o não acesso à internet torna limitada ou impossível a comunicação, pois os conteúdos (vídeos aulas) não são acessíveis a todos, muito embora, o curso seja parcialmente em EAD. (Narrativa da professora Castanheira, 2020).

Não, devido serem crianças da educação infantil e elas ainda não possuem habilidades suficientes para usarem as tecnologias, e além do mais, não dispõem dos equipamentos digitais. (Narrativa professor Andiroba, 2020).

As lembranças de nossos narradores (as), educadores(as) que atuam diretamente na rede de ensino no município de Cametá, além de ser reafirmado os fatores de falta de acesso à internet, as dificuldades financeiras, desigualdades sociais existentes; uma outra questão muito importante é apontada pela professora Andiroba, as habilidades suficientes para lidar com os aparelhos tecnológicos, ou seja, nem todos possuem idade ou conhecimentos necessários para essa tarefa. Observamos que em tempos de pandemia as mazelas do ensino, as dificuldades foram e vem sendo acentuadas a cada momento, reforçando a elitização do ensino, que exclui alunos e faz com que professores e pais de alunos, busquem formas, “jeitinhos” para garantirem o chamado ensino remoto.

Devido a ocasião da pandemia do CORONAVÍRUS, nós professores da instituição fomos comunicados que iríamos trabalhar nossas aulas via WhatsApp, fazendo vídeo e postando nos grupos das turmas criadas para esse fim, sem que houvesse nenhuma orientação de como fazer os vídeos. Nos encontros de formação nunca houve uma preocupação por parte da gestão da escola em discutir temáticas voltadas para debater sobre a educação a distância. (Narrativa da

Profa. Samaúma, 2020).

Samaúma é uma professora que atua há mais de 19 anos na rede de ensino pública e particular do município; e “sem que houvesse nenhuma orientação de como fazer os vídeos”, ou sem qualquer debate sobre a educação distância foi convocada como todos os outros docentes para de forma emergencial ministrarem suas aulas às crianças nas escolas. A cargo do sujeito professor mais uma vez ficou a responsabilidade do educar, pois como a docente também nos afirma nunca houve uma preocupação da gestão escolar em se pensar no ensino a distância, em dialogar com tais temáticas dentro da escola com seus profissionais.

Importante destacarmos que a questão da tecnologia e recursos digitais, deveriam estar presentes no espaço escolar, considerando que no tempo presente torna-se impossível pensar a alfabetização sem pensar no letramento digital, já que é uma realidade presente no mundo contemporâneo, e a inclusão digital deveria ser um direito para todos os alunos; já que a própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em suas competências e habilidades diz:

Compreender, utilizar e criar *tecnologias digitais de informação e comunicação* de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2018, p.09).

Na educação a inserção da promoção de ações que promovam o desenvolvimento de competências, habilidades e conhecimento das formas das possibilidade de uso das tecnologias digitais da informação e comunicação ao sujeito aluno deveria estar presente em todas as disciplinas, em todo espaço escolar, de forma interdisciplinar auxiliando no processo do conhecimento da linguagem do aluno; contudo para isso o sujeito professor também precisa ter formação para saber lidar com tais suportes tecnológicos, compreender o sentido dessa memória metálica, desse discurso em suas ações educacionais que foram tão exigidos em tempos de pandemia como prática educacional do sujeito professor, vejamos algumas táticas de ensino:

Realizamos esse trabalho tirando dúvida entre nós, professores e com o pouco que sabíamos sobre informática ou tecnologia, e, isso compromete de certa forma na qualidade das atividades realizadas, demandando também muito tempo para a execução das mesmas No decorrer do tempo- do início da pandemia até o momento- a coordenação vai buscando informação de como trabalhar através de plataforma(adotada no mês de junho) e repassando para o grupo de professores, muitas dessas informações buscada na internet, coisa que sozinhos podemos fazer, pouco ou nada acrescenta como formação proporcionada pela escola . Porém, ressalto que somente no início de junho um único encontro nos foi ofertado com um gerente de plataforma que nos orientou como apenas usar a mesma, quanto a questão de elaboração de material didático por via midiática não ocorreu. (Narrativa da professora Samaúma, 2020).

No espaço escolar onde Samaúma atua a equipe percebendo os novos desafios a serem enfrentados e a falta de políticas públicas para resolução dos problemas em tempos de pandemia, bem como a pressão de terem que cumprir suas tarefas mesmo com o isolamento social, buscaram forças no trabalho e troca de saberes coletivo, com o pouco que sabiam de informática e tecnologia para organizarem suas atividades de trabalho do ensino emergencial, pois foi ofertado para os

mesmos uma plataforma de atividades somente no mês de junho de 2021.

As questões educacionais da sociedade cametaense, da / na Amazônia Tocantina mais uma vez ficaram à mercê das políticas públicas, não garantindo os direitos dos povos das águas e das florestas, de acesso gratuito e de qualidade a educação para todos. Foi neste trilhar que nos preocupamos em dialogar com as narrativas do sujeito professor (a) que está vivenciando esta prática, para que assim possamos compreender o sentido da memória metálica, no tempo presente na educação desses sujeitos e quais os efeitos produzidos em sua prática profissional.

Algumas (In)conclusões

Mesmo Base Nacional Comum Curricular (BNCC), trazendo como uma de suas competências as TICs como um caminho do saber fazer docente para transformar o processo de ensino aprendizagem e a prática pedagógica no espaço escolar, havendo leis que garantam o direito ao acesso à escola para todos, todas e todes, pois sabemos pela História da Educação Brasileira que a educação é um movimento constantes e que está sempre em disputa, que não é hegemônica (SAVIANI, 2008), ao realizarmos esta pesquisa, dialogarmos com nossos narradores (as), parceiros (as) de trabalho e categorias teóricas como a memória metálica foi fundamental para que pudéssemos, problematizar e compreender as posições sujeitos e realidades enfrentadas para ser um professor, professora em tempos de pandemia, bem como isso reflete na prática profissional e na ausência de políticas públicas brasileira.

Discurso, História e Memória sempre serão dispositivos teóricos que estarão em articulação no movimento da educação e por isso pensar os sujeitos sociais, o processo de construção e desconstrução do discurso pela memória educacional e seus sentidos na prática na vida dos educadores em tempo de pandemia na Amazônia Tocantina foi entender que o lugar da história se dá no funcionamento do discurso e que este por sua vez é muito mais que palavras faladas, escritas; mas sim práticas discursivas, compromisso social e escolhas ideológicas., pois memória e discurso são poderes.

As narrativas dos educadores demonstram o quanto é necessário e emergente termos um projeto político educacional público que atenda as especificidades de cada povo, comunidade, bem como compreenda a realidade social de cada território além do estado envolvente e de um projeto homogêneo. A pandemia que se iniciou em 2020 trouxe desafios aos educadores que adaptaram suas aulas, sendo obrigados a utilizarem da “memória metálica” como estratégia de ensino, mais uma forma de comunicação que não foi democrática e de acesso aos alunos e professores de forma precária, acentuando desta maneira ainda mais a diferença da qualidade de ensino entre os sujeitos sociais que não habitam os espaços urbanizados e ou que não possuem acesso democrático à tecnologia.

Referências

ACHARD, Pierre (Org.). **O papel da memória**. 4. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

BORGES, Rosane. **O que é necropolítica**. E como se aplica à segurança pública no Brasil. Entrevista concedida a Ponte Jornalismo, setembro, 2019. Disponível em: <https://ponte.org/o-que-e-necropolitica-e-como-se-aplica-a-seguranca-publica-no-brasil/>. Acesso em: 12 maio 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2002.

DIAS, Cristiane. A poética do cotidiano da rede. **Signo y Señá**, número 24, diciembre de 2013. p. 57-70. Facultad de Filosofía y Letras (UBA). Disponível em: <http://revistas.filo.uba.ar/index.php/sys/article/view/131>. Acesso em: 25 jun. 2021.

DOMINGUES, Andrea Silva. **Cultura e Memória**: A festa de Nossa Senhora do Rosário na cidade de Silvanópolis- MG. Pouso Alegre-MG: UNIVAS, 2017. Disponível em: <http://pos.univas.edu.br/ppgcl/menu/ebooks.asp>. Acesso em: 10 dez. 2021.

EDUCA MAIS BRASIL. **E+B Educação, c2020**. Página inicial. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/>. Acesso em: 12 jul. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IBGE. **Dados Censitários** (2020). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/cameta.html>. Acesso em: 12 dez. 2020.

IBGE. **Portal Cidades**. Dados Censitários (2012). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/cameta/panorama>. Acesso em: 12 dez. 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n.1, Edições, 2018.

SCHMITT, Michele. Sobre uma memória sem sujeito. Seminário de Estudos em Análise do Discurso. **Anais do II SEAD - SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO** [recurso eletrônico] – Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível <https://dcdigital.hypotheses.org/files/2014/03/Sobre-uma-mem%C3%B3ria-sem-sujeito-Michele-SCHIMITT.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

ORLANDI, Eni P. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia - discurso eletrônico, escola, cidade. **RUA**, Campinas, SP, v. 16, n. 2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638816>. Acesso em: 7 jan. 2022.

ORLANDI, Eni P. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni P. **Discurso fundador**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 9 ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e políticas públicas urbanas**: a fabricação do consenso. Campinas, SP: RG, 2010a.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e Texto**: Formulação e circulação dos sentidos. 3ª Edição. Campinas, SP: Pontes Editores. 2008.

ORLANDI, Eni P. **Eu, tu, ele**. Discurso e real da história. Campinas, SP: Pontes, 2017.

ORLANDI, Eni P. Vão surgindo sentidos. *In*: **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes Editores, 1993.

PARENTE, Francilene de Aguiar. LOPES, Raquel da Silva Lopes. MILEO, Irlanda do Socorro de Oliveira. Pedagogia da alternância na formação de professores extrativistas: uma experiência na terra do meio, em Altamira/PA. **Revista Humanidades e Inovação**, v.7, n.12, p. 63-77, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2933>. Acesso em: 08 out. 2021.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 5 ed. Campinas: Pontes Editores, 2008 [1983].

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente? *In*: **Revista Projeto História**, São Paulo, PUC, v. 14, jan./jun. Cultura e Representação, p.25-39, 1997.

SARLO, Beatriz. Um olhar político. *In*: **Paisagens Imaginárias**. São Paulo: Edusp, 1997.

SAVIANI, Dermeval. História da história da educação no Brasil. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, Uninove, v. 10, número especial, p.147-167, 2008.

Recebido em 13 de janeiro de 2022.

Aceito em 19 de dezembro de 2022.